



**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PROPOSTA DE PREÇOS**  
(FUNDAMENTO: Art. 75, II da Lei Nº 14.133/21)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00001/2026**

**DISPENSA Nº 00001/2026**

**JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI, NOS TERMOS DO ART. 48, I, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06**

**O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM JARDIM**, Estado de Pernambuco, inscrito no CNPJ 12.259.049/0001-42, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de se promover processos de **contratações** transparentes em face das **dispensas** DIRETAS através de DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no Art. 75, II da Lei Nº 14.133/21, torna público que realizará Chamamento Público para convocação de propostas de preços que constitui objeto do presente Termo a pretensa:

|                                                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:</b><br>ATÉ AS 13h (PROTOCOLO VIA E-MAIL OU PROTOCOLO PRESENCIAL) DO DIA<br>22/01/2026.                                        |
| <b>JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO:</b><br>DIA 22/01/2026 às 14h                                                                                                        |
| <b>REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:</b><br>HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF                                                                                                                                    |
| <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO E ENDEREÇO PARA PROTOCOLO PRESENCIAL:</b><br>bomjardimeditais20@gmail.com.<br>Praça 19 de Julho, SN, Centro, Bom Jardim – PE. |

**1.0. OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE.

**1.1. O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ DE MENOR PREÇO GLOBAL.**

**1.2. Este processo destina-se exclusivamente para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

**1.3.** Nos termos do Art. 75 § 3º da Lei Federal 14.133/2021, será realizada a publicação de aviso em sítio eletrônico oficial, com a descrição do objeto e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, assegurando a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Ademais, conforme § 4º do mesmo artigo, destaca-se que, após a conclusão do processo de contratação, os autos serão devidamente publicizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assegurando a transparência e permitindo amplo controle social e fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade.



Dessarte, a dispensa de licitação em análise observa os ditames da Lei nº 14.133/2021, respeitando as exigências de publicidade e de busca da proposta mais vantajosa, com a devida comunicação ao PNCP ao término da contratação, garantindo, assim, a lisura e a conformidade do procedimento com os princípios norteadores da Administração Pública.

1.2 A contratação será conforme tabela, constante abaixo:

| LOTE/ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | CATMAT | MED. DE FORNEC. | QNT    | VAL. UNIT. (R\$) | VAL. TOTAL (R\$) |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------------|--------|------------------|------------------|
| 00/001    | VESTIDO FEMININO CARNAVALESCO CUSTOMIZADO , exclusivo desenvolvido com uma combinação criativa e ousada de materiais, resultando em uma peça vibrante e cheia de personalidade, confeccionado com material: tecido creep tactel azul turquesa, tecido creep tactel amarelo, tecido creep tactel verde, malha com lanterjola vermelha, malha com lanterjola rosa, passanamarca dourada, zíper comum 60cm, Utilizadas para todas as costuras estruturais e acabamentos, garantindo resistência e um acabamento limpo. Viés de costura (costura): Empregado nos acabamentos internos e em detalhes decorativos, proporciona reforço e beleza às bordas e recortes. com adereço de cabeça e sombrinha padronizada.                                                                                                                                        | 468570 | Unidade         | 160,00 | 231,00           | 36.960,00        |
| 00/002    | CONJUNTO MASCULINO CARNAVALESCO CUSTOMIZADO , exclusivo desenvolvido com uma combinação criativa e ousada de materiais, resultando em uma peça vibrante e cheia de personalidade, confeccionado com material: tecido alfaiataria azul turquesa, tecido creep tactel amarelo, tecido creep tactel azul turquesa, tecido creep tactel verde, malha com lanterjola vermelha, malha com lanterjola amarela, passanamarca dourada, zíper comum 25cm, linha de costura fio e reta- especificações: composição 100% algodão. Cor: rosa , amarelo, azul, turquesa, verde bandeira e vermelho, costura , Utilizadas para todas as costuras estruturais e acabamentos, garantindo resistência e um acabamento limpo. Viés de costura (costura): Empregado nos acabamentos internos e em detalhes decorativos, proporciona reforço e beleza às bordas e recortes | 468570 | Conjuntos       | 40,00  | 224,80           | 8.992,00         |



|                                              |  |  |  |  |           |
|----------------------------------------------|--|--|--|--|-----------|
| acompanhando o chapéu<br>panamá e sombrinha. |  |  |  |  |           |
| LOTE 00 - VALOR TOTAL                        |  |  |  |  | 45.952,00 |
| VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO                     |  |  |  |  | 45.952,00 |

## 2.0. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

2.1. A presente CHAMADA PÚBLICA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados através do e-mail: bomjardimeditais20@gmail.com, preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA Nº 000001/2026**.

2.2. Limite para entrega da Proposta de Preços e documentação no endereço físico ou no endereço de e-mail: **22/01/2026, até às 13h (horário definido para a opção de entrega presencialmente ou eletrônico).**

2.3. **JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO:** 22/01/2026 às 14h.

**3.0. INFORMAÇÕES:** Podem ser obtidas através do telefone (81) 3638-1156 ou através do e-mail: bomjardimeditais20@gmail.com.

**4.0. O PRAZO DE INICIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SERÁ DE:** imediato, a partir da emissão da ordem de serviço.

## 5.0. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

## 6.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

**Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social do Bom Jardim**

**Órgão orçamentário: 13000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE A FOME**

**Unidade orçamentária: 13001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE A FOME**

**Função: 8 - Assistência Social**

**Subfunção: 122 - Administração Geral**

**Programa: 808 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ação: 2.130 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Despesa 591 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas**

Fonte de recurso: 1 - MSC - 1.501.000 - Recursos Próprios. - 1.501.0000

**Despesa 592 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas**



Fonte de recurso:41 - MSC - 1.621.0000 - Transferência Especial dos Estados - (Emendas) - 1.710.3210

**Despesa 593** 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e  
Fonte de recurso:1 - MSC - 1.501.000 - Recursos Próprios. - 1.501.0000

**7.0. DOCUMENTAÇÃO PARA SER APRESENTADA:** DEVERÁ APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO NO PRAZO DE 24 HORAS APÓS SER A ESCOLHIDA COM MENOR PREÇO GLOBAL.

#### 7.1. PESSOA JURÍDICA:

##### I. QUANTO A HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g) Cópia da cédula de identidade dos sócios os responsáveis legais.
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### II. QUANTO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social,



nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

A) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); Quando no texto da certidão a que se refere, excluir os processos do PJE, será obrigatória, também, a apresentação Certidão negativa de falência 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, ou de sua jurisdição, expedida pelo distribuidor da sede do licitante em processo judicial eletrônico;

### Qualificação Técnica

A) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido **objeto compatíveis e pertinentes com o objeto deste Edital**, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que a Agente de Contratação possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

- B) Os atestados de capacidade técnica somente serão exigidos para parcelas de maior relevância ou valor mais significativo da licitação, ou seja, as que tenham valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do total estimado da contratação



- C) Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preço apresentada nessa licitação.
- D) O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação;
- E) A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Agente de contratação.

### III. OUTRAS EXIGÊNCIAS:

- a) Proposta de Preços;
- b) Declarações, Modelo Anexo IV.

### IV. DA DILIGÊNCIA

- a) Poderá ser utilizado a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>) e será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### 8.0. DA PARTICIPAÇÃO

#### 8.1. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 8.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 8.1.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 8.1.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
  - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou



na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

8.1.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

8.1.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

8.1.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

8.1.5. **sociedades cooperativas.**

## **9.0. DAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

9.1. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.1.1. conter vícios insanáveis;

9.1.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

9.1.3. apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação;

9.1.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.1.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

9.2. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

9.2.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo a ser fornecido desde que não haja majoração do preço.

9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.4.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.6. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **10.0. DA CONTRATAÇÃO**

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

10.4. As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **11. SANÇÕES**

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- 11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 11.1.9 fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, (*nos termos do art. 156, §3º da Lei nº 14.133, de 2021 valor do contrato*) por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

11.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. ([art. 156, §9º](#))

11.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e no sítio eletrônico do município, como também em jornal de circulação.

12.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

12.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.



- 12.3 As providências dos subitens 12.2.1 e 12.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 12.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 12.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.
- 12.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 12.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.
- 12.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 12.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**Bom Jardim/PE, 19 de janeiro de 2026.**

**Maria Rosemaura de Aguiar**  
**Secretária de Assistência Social e Combate à Fome**



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME DE BOM JARDIM/PE

#### 13 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

13.1 Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A pesquisa de preços resultou na lista abaixo de valores para os produtos necessários, os quais tornam viável ao mercado atender à demanda identificada. Todos os valores relacionados a demanda foram tomados por meio de cotação eletrônica verificada no site eletrônico <https://www.cestadepreços.com/> e referências da internet tomados como base o valor médio.

| LOTE/ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | CATMAT | MED. DE FORNEC. | QNT    | VAL. UNIT. (R\$) | VAL. TOTAL (R\$) |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------------|--------|------------------|------------------|
| 00/001    | VESTIDO FEMININO CARNAVALESCO CUSTOMIZADO , exclusivo desenvolvido com uma combinação criativa e ousada de materiais, resultando em uma peça vibrante e cheia de personalidade, confeccionado com material: tecido creep tactel azul turquesa, tecido creep tactel amarelo, tecido creep tactel verde, malha com lanterjola vermelha, malha com lanterjola rosa, passanamarca dourada, zíper comum 60cm, Utilizadas para todas as costuras estruturais e acabamentos, garantindo resistência e um acabamento limpo. Viés de costura (costura): Empregado nos acabamentos internos e em detalhes decorativos, proporciona reforço e beleza às bordas e recortes. com adereço de cabeça e sombrinha padronizada. | 468570 | Unidade         | 160,00 | 231,00           | 36.960,00        |
| 00/002    | CONJUNTO MASCULINO CARNAVALESCO CUSTOMIZADO , exclusivo desenvolvido com uma combinação criativa e ousada de materiais, resultando em uma peça vibrante e cheia de personalidade, confeccionado com material: tecido alfaiataria azul turquesa, tecido creep tactel amarelo, tecido creep tactel azul turquesa, tecido creep tactel verde, malha com lanterjola vermelha, malha com lanterjola amarela, passanamarca dourada, zíper comum 25cm, linha de costura fio e reta- especificações: composição 100% algodão. Cor:                                                                                                                                                                                     | 468570 | Conjuntos       | 40,00  | 224,80           | 8.992,00         |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |  |  |  |  |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|--|-----------|
| rosa , amarelo, azul, turquesa, verde bandeira e vermelho, costura , Utilizadas para todas as osturas estruturais e acabamentos, garantindo resistência e um acabamento limpo. Viés de costura (costura): Empregado nos acabamentos internos e em detalhes decorativos, proporciona reforço e beleza às bordas e recortes acompanhando o chapéu panamá e sombrinha. |  |  |  |  |           |
| LOTE 00 - VALOR TOTAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |  |  |  |  | 45.952,00 |
| VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  |  |  |  | 45.952,00 |

13.2 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.4 A presente contratação mostra-se necessária para viabilizar confecção de fantasias que serão utilizadas pelos grupos da terceira idade, vinculados ao CRAS da Sede e ao CRAS do Distrito de Umari, para apresentação no Baile Municipal a ser realizado em 07 de fevereiro de 2026, no Município de Bom Jardim/PE. Trata-se de ação inserida no âmbito das políticas públicas de assistência social, cultura e convivência comunitária, voltada à valorização da pessoa idosa, à promoção da inclusão social e ao fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

A execução de atividades culturais e recreativas para o público idoso integra as atribuições do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constituindo instrumento relevante de proteção social básica, ao estimular a participação ativa, a autoestima, o envelhecimento saudável e o sentimento de pertencimento social. Nesse contexto, a confecção de fantasias adequadas e padronizadas representa elemento essencial para a realização do evento, assegurando condições dignas de participação, identidade visual compatível com a proposta cultural e igualdade de tratamento entre os participantes.

Ressalta-se que o Município não dispõe, em seu estoque regular, de materiais suficientes ou adequados para atender à demanda específica, nem possui estrutura própria para a produção ou aquisição direta desses insumos sem a realização do devido procedimento de contratação. Assim, a aquisição por meio de empresa especializada configura-se como a solução mais eficiente, econômica e juridicamente adequada, permitindo o atendimento tempestivo da necessidade, com observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

Ademais, a contratação está alinhada ao planejamento administrativo do exercício correspondente, guarda compatibilidade com a programação orçamentária vigente e será



conduzida em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e adequada publicidade dos atos, inclusive por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas, garantindo transparência, controle social e regularidade do processo administrativo.

13.5 O Plano Anual de Contratações encontra-se pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste termo de referência.

## **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

13.6 *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

13.7 A sustentabilidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

### **Subcontratação**

13.8 *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

### **Garantia da contratação**

13.9 *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

## **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

13.10 *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

13.11 Os serviços serão prestados nos seguintes prazos e condições:

13.12 O prazo de entrega, do objeto licitado deverá ser de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da ordem de serviço.

13.13 Caso não seja possível a prestação do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas em até 24 (vinte e quatro) horas após recebimento da ordem de serviço.

13.14 As roupas do Grupo da Terceira Idade deverão ser entregues, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome, na sede da mesma, localizada na Rua Manoel Augusto, S/N, Centro, Bom Jardim/PE, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda a sexta feira.

### **Materiais a serem disponibilizados**

13.15 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.



**Especificação da garantia do serviço** ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

- 13.16 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

**MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 13.17 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 13.18 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 13.19 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 13.20 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**Fiscalização**

- 13.21 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

- 13.22 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 13.23 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 13.24 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 13.25 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 13.26 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 13.27 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).



### **Fiscalização Administrativa**

- 13.28 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 13.29 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

- 13.30 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 13.31 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 13.32 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 13.33 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 13.34 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 13.35 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 13.36 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.37 A avaliação da execução do objeto será aferida da qualidade da prestação dos serviços.

13.37.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.37.1.1 não produzir os resultados acordados,

13.37.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

13.37.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou

13.37.2 unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

13.37.3 produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

13.37.4 indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

### Do recebimento

13.38 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5(cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.39 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

13.40 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

13.41 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

13.42 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

13.43 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



- 13.43.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 13.43.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 13.43.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 13.43.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 13.43.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 13.44 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 13.45 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 13.45.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 13.45.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- 13.45.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 13.45.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 13.45.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 13.46 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 13.47 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 13.48 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 13.49 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 13.50 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 13.51 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 13.51.1 o prazo de validade;
  - 13.51.2 a data da emissão;
  - 13.51.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 13.51.4 o período respectivo de execução do contrato;
  - 13.51.5 o valor a pagar; e
  - 13.51.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 13.52 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

- 13.53 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.54 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 13.55 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 13.56 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.57 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 13.58 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### **Prazo de pagamento**

- 13.59 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 13.60 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

- 13.61 *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*
- 13.62 *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*
- 13.63 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.63.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



- 13.64 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.65 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.
- 13.66 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ DE MENOR PREÇO GLOBAL: A adoção do critério de **menor preço global** justifica-se pela necessidade de garantir a **padronização e uniformidade** das roupas carnavalescas destinadas ao Grupo da Terceira Idade do Município de Bom Jardim/PE, considerando tratar-se de objeto de **natureza única, finalidade comum e uso integrado**. A contratação global evita divergências de modelos, cores, tecidos e acabamentos, assegurando **qualidade, eficiência na gestão e fiscalização contratual**, bem como a **economicidade**, em conformidade com os princípios da Administração Pública

### Regime de execução

- 13.67 O regime de execução do contrato será xxxxxxxxxxxxxxxx.

### Exigências de habilitação

- 13.68 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
  - c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 13.69 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.70 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 13.71 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



- 13.72 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 13.73 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio dos documentos de habilitação solicitados.
- 13.74 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação e encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 13.75 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.76 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.77 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 13.78 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

- 13.79 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 13.80 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 13.81 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.82 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 13.83 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.84 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



- 13.85 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 13.86 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 13.87 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 13.88 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.89 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 13.90 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.91 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 13.92 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 13.93 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.94 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 13.95 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); Quando no texto da certidão a que se refere, excluir os processos do PJE, será obrigatória, também, a apresentação Certidão negativa de falência 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, ou de sua jurisdição, expedida pelo distribuidor da sede do licitante em processo judicial eletrônico;



## Qualificação Técnica

- 13.96 Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que o Agente de Contratação possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.
- 13.97 Os atestados de capacidade técnica somente serão exigidos para parcelas de maior relevância ou valor mais significativo da licitação, ou seja, as que tenham valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do total estimado da contratação.
- 13.98 Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preço apresentada nessa licitação.
- 13.99 O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação;
- 13.100 A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Agente de Contratação.

## DAS OBRIGAÇÕES

### 13.101 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**13.102 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) Quando não for possível a verificação da regularidade online, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- l) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- m) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- n) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- p) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- q) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

#### **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 13.103 O custo estimado total da contratação é de R\$ 44.717,30 (quarenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 13.104 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

#### **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 13.105 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

13.105.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social do Bom Jardim**  
**Órgão orçamentário: 13000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE A FOME**  
**Unidade orçamentária: 13001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE A FOME**  
**Função: 8 - Assistência Social**  
**Subfunção: 122 - Administração Geral**  
**Programa: 808 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**Ação: 2.130 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**Despesa 591 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas**  
**Fonte de recurso: 1 - MSC - 1.501.000 - Recursos Próprios. - 1.501.0000**  
**Despesa 592 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas**  
**Fonte de recurso: 41 - MSC - 1.621.0000 - Transferência Especial dos Estados - (Emendas) -**



1.710.3210

**Despesa 593** 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e

Fonte de recurso:1 - MSC - 1.501.000 - Recursos Próprios. - 1.501.0000

13.106 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bom Jardim, 16 de janeiro de 2026.

**Maria Rosemaura de Aguiar**  
**Secretária de Assistência Social e Combate à Fome**

## ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO





## APÊNDICE AO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por fim encontrar a melhor solução para atender à necessidade da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Município de Bom Jardim/PE, nos termos a seguir expostos.

### 1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

**Referência: Inciso XI, do art. 2º e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.**

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar decorre da necessidade identificada pela Administração Municipal de assegurar condições adequadas para a implementação de ações públicas voltadas à promoção da inclusão social, do convívio comunitário e do envelhecimento ativo da população idosa atendida pelos equipamentos da política de assistência social. Tais ações inserem-se no dever constitucional do Estado de promover o bem-estar social, a dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, nos termos dos arts. 1º, inciso III, 3º, incisos I e III, e 6º da Constituição Federal.

A política pública de assistência social, enquanto direito do cidadão e dever do Estado, orienta-se pelos princípios da universalidade do atendimento, da proteção social, da equidade e da promoção da autonomia dos indivíduos, conforme estabelecido na legislação do Sistema Único de Assistência Social. Nesse contexto, as atividades culturais, recreativas e de lazer destinadas à pessoa idosa configuram instrumentos legítimos de proteção social básica, contribuindo para a prevenção de situações de isolamento social, fragilização de vínculos familiares e comunitários e exclusão social.

A participação organizada de grupos da terceira idade em eventos culturais de relevância local representa mecanismo concreto de efetivação dos direitos sociais assegurados à pessoa idosa, em especial o direito à cultura, ao lazer, à convivência comunitária e à participação social,

conforme previsto no Estatuto do Idoso. Essas iniciativas fortalecem o protagonismo social do idoso, promovem a valorização de sua identidade cultural e asseguram sua inserção ativa na vida comunitária, em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso.

Para que tais ações alcancem seus objetivos institucionais, faz-se necessária a disponibilização de meios materiais adequados que garantam organização, padronização, segurança, conforto e identidade visual compatível com a atividade cultural desenvolvida. A ausência dessas condições compromete a efetividade da política pública, fragiliza o alcance social da ação planejada e inviabiliza a participação isonômica dos beneficiários, em afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da eficiência administrativa.

Registra-se, ainda, que a Administração não dispõe de meios próprios suficientes para suprir essa demanda específica, seja pela inexistência de estoque compatível, seja pela ausência de estrutura operacional destinada à produção ou adaptação dos insumos necessários. Diante disso, impõe-se a análise de soluções disponíveis no mercado que atendam à necessidade identificada de forma eficiente, econômica e tempestiva, observando-se os princípios do planejamento, da economicidade, da razoabilidade e da supremacia do interesse público.

Assim, o estudo da necessidade fundamenta-se na busca da solução mais adequada para assegurar a plena execução da ação pública planejada, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas, especialmente aqueles previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente legalidade, eficiência, interesse público, transparência, planejamento e segregação de funções, garantindo resultado social efetivo, adequada aplicação dos recursos públicos e fortalecimento da política pública de assistência social no âmbito municipal.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O serviço a contratado visa suprir as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome de Bom Jardim/PE, haja vista a necessidade de atender à demanda desses itens, gerada a partir da iniciativa de inclusão e da participação da pessoa idosa no calendário cultural do Município de Bom Jardim/PE, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome, neste caso específico, o carnaval, com a participação dos Grupos da Terceira idade no Baile Municipal que será realizado no dia 07 de fevereiro de 2026, devendo ser entregues pelo fornecedor de acordo com as especificações descritas no apêndice de cada item, no município da CONTRATANTE.

Trata-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado. As especificações foram revisadas considerando a utilização de materiais menos nocivos ao meio ambiente, com maior eficiência na utilização dos recursos naturais, certificações que qualifiquem o produto e outras ponderações que atendam a demanda.

A atual administração municipal de Bom Jardim/PE, visando proporcionar a pessoa idosa, o bem-estar através da inclusão dos mesmos no calendário cultural do Município, identificou ser indispensável aos Grupos da Terceira Idade inseridos na realização do evento, o serviço de confecção de fantasias para serem usadas no dia do evento.

A contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Confecção das fantasias;
- Fornecimento de tecidos e aviamentos novos, de primeira qualidade;
- Materiais adequados à confecção de fantasias, considerando conforto, resistência e estética;
- Observância às especificações técnicas definidas pela Administração;
- Entrega dentro do prazo compatível com o cronograma de confecção das fantasias;
- Atendimento às normas legais, fiscais, trabalhistas e sanitárias aplicáveis;
- Garantia de substituição de materiais que apresentem defeitos ou não conformidades.

O Quadro 01 apresenta as características gerais desejáveis da presente contratação.

#### Quadro 01 - Características

| Nº | REQUISITO                                                                                                                                             | JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1  | <b>Prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE</b> | Garantir que os participantes dos Grupos da Terceira Idade dos CRAS da Sede e do Distrito de Umari, no Município de Bom Jardim/PE, sejam inseridos nas datas comemorativas do Município de Bom Jardim/PE, em especial o carnaval, para que as mesmas ingressem em um contexto de atividades culturais e de lazer, por meio da arte, música, dança e ao protagonismo, e que possivelmente irá garantir direitos necessários para uma vida na terceira idade mais saudável com inclusão social dessa classe etária, bem como para suas famílias. |

Há contrato vigente ou anterior com o mesmo objeto? NÃO

Ressalta-se que o PREGÃO ELETRÔNICO nº 00002/2025 (Processo nº 00005/2025) teve como objeto o registro de preços visando à contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de uniformes e roupas, com fornecimento de materiais pela contratada, destinados exclusivamente ao Projeto Transformando Vidas e ao São João do Grupo da Terceira Idade do Município de Bom Jardim/PE, não havendo qualquer previsão ou relação com a confecção de roupas carnavalescas. Por sua vez, o PREGÃO ELETRÔNICO nº 00003/2025 (Processo nº 00007/2025) refere-se aos itens fracassados no processo anterior, não guardando relação com os objetos já contemplados, tampouco com roupas destinadas ao carnaval naquele certame.

Considerando a ausência de contrato, diante das justificativas apresentadas, se faz necessária a contratação de empresa para prestação de serviço para confecção de roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade, que serão usadas no carnaval 2026 no Município de Bom Jardim/PE. Tal contratação, justifica-se em razão do interesse em promover a participação organizada de grupos da terceira idade em eventos culturais de relevância local, representando um mecanismo concreto de efetivação dos direitos sociais assegurados à pessoa idosa, em especial o direito à cultura, ao lazer, à convivência comunitária e à participação social,

conforme previsto no Estatuto do Idoso. Essas iniciativas fortalecem o protagonismo social do idoso, promovem a valorização de sua identidade cultural e asseguram sua inserção ativa na vida comunitária, em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A pesquisa de preços resultou na lista abaixo de valores para os produtos necessários, os quais tornam viável ao mercado atender à demanda identificada. Todos os valores relacionados a demanda foram tomados por meio de cotação eletrônica verificada no site eletrônico <https://www.cestadeprecos.com/> e referências da internet tomados como base o valor médio.

Tendo em vista que a contratação para confecção de roupas é comum na administração pública, não possuindo elevada complexidade técnica, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício sendo utilizado o parâmetro do histórico de contratações já realizadas pela administração municipal.

Também foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso.

Logo, a contratação para confecção se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente dentro dos órgãos públicos. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao serviço, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

Observou-se que os serviços pretendidos são de natureza comum, padronizados e amplamente comercializados, permitindo a adoção de procedimento licitatório competitivo.

Existem múltiplas soluções semelhantes disponíveis no mercado aptas a atenderem a demanda?

( x ) Não. Após pesquisa de mercado foi observado que há apenas uma única solução apta a atender a demanda.

#### **QUADRO 03 - ANÁLISE DE BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE ROUPAS, COM MATERIAIS INCLUSOS.**

| Nº | BENEFÍCIOS                                                                                      | RESULTADO ESPERADO     |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| 1  | CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.                                        | EFICÁCIA               |
| 2  | ESCOLHA DE PROPOSTA APTA A GERAR RESULTADOS BENÉFICOS E DE MAIOR CELERIDADE NO ÓRGÃO MUNICIPAL. | EFICIÊNCIA e AGILIDADE |

|   |                                                                                          |                            |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| 3 | PROVER O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL                                            | EFICIÊNCIA e ECONOMICIDADE |
| 4 | FORNECER ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS                                   | EFICIÊNCIA e EFICÁCIA      |
| 5 | PRODUTOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL                                                      | EFICÁCIA e ECONOMICIDADE   |
| 6 | MELHORAR E PROPICIAR O ATENDIMENTO DE QUALIDADE E DIGNO AO MUNICÍPE                      | EFICÁCIA                   |
| 7 | PERMITIR MELHOR GESTÃO E MAIOR AGILIDADE NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | EFICIÊNCIA e EFICÁCIA      |

## 5. ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Após a análise da necessidade administrativa e social identificada, bem como da avaliação das alternativas disponíveis para o atendimento da demanda, concluiu-se que a solução mais adequada consiste na Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE.

A opção para prestação de serviços por meio de contratação com prestador especializado mostrou-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, considerando que a Administração Municipal não dispõe de meios próprios para a confecção dos mesmos. A contratação externa permite o atendimento integral da demanda dentro do prazo necessário, assegurando qualidade, padronização e adequação dos materiais às finalidades culturais e sociais da ação pública.

Foram consideradas outras alternativas, tais como a utilização de materiais remanescentes de exercícios anteriores ou a produção direta pela Administração, as quais se revelaram inadequadas ou inviáveis, seja pela insuficiência quantitativa, pela inadequação técnica dos insumos disponíveis, seja pelo risco de comprometimento da qualidade, da identidade visual e da segurança dos participantes. Ademais, tais alternativas poderiam gerar atrasos incompatíveis com o cronograma do evento, comprometendo o alcance dos objetivos institucionais pretendidos.

A solução escolhida atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, na medida em que permite a obtenção de materiais adequados com custos compatíveis com os valores praticados no mercado, mediante procedimento competitivo, transparente e devidamente formalizado, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, ainda, que a contratação serviço garante uma maior agilidade uma vez, que já será realizada a contratação com os materiais a serem utilizados inclusos, facilitando a fiscalização e

adequada gestão contratual, garantindo a entrega dos insumos conforme especificações técnicas previamente definidas e dentro dos prazos estabelecidos. Dessa forma, a solução adotada revela-se compatível com a natureza da demanda, com o interesse público envolvido e com a finalidade social da política pública de assistência social, assegurando a efetividade da ação planejada e a adequada aplicação dos recursos públicos.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE, visando assegurar a adequada realização de atividade cultural e recreativa inserida no calendário oficial do Município, especificamente o Baile Municipal programado para o dia 07 de fevereiro de 2026.

A contratação abrangerá a confecção das peças com materiais inclusos (fornecimento de tecidos, aviamentos e adereços) compatíveis com as especificações técnicas e quantitativos definidos pela Administração, de modo a possibilitar a padronização visual das fantasias, garantindo conforto, segurança, qualidade estética e valorização dos participantes. A solução adotada permitirá que os materiais sejam disponibilizados de forma tempestiva e em conformidade com as necessidades da ação pública planejada, respeitando os prazos e a finalidade social do evento.

Sob a perspectiva do ciclo de vida da contratação, a solução contempla as etapas de planejamento, confecção, recebimento e utilização dos materiais, bem como a verificação da conformidade dos itens entregues em relação às especificações previamente estabelecidas. Trata-se de serviço pontual, vinculada a evento específico, não gerando obrigações continuadas para a Administração, o que contribui para a racionalidade administrativa e para o controle do gasto público.

A solução proposta apresenta-se como a alternativa mais eficiente e economicamente adequada para o atendimento da demanda identificada, considerando a inexistência de meios próprios para suprir a necessidade e a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado capazes de atender às exigências técnicas da prestação do serviço. Ademais, possibilita a realização de procedimento competitivo, transparente e isonômico, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

Dessa forma, a adoção da solução descrita garante a efetividade da política pública de assistência social, ao viabilizar a participação organizada e digna da população idosa em atividade cultural de relevante impacto social, promovendo inclusão, convivência comunitária e valorização da pessoa idosa, com adequada aplicação dos recursos públicos e observância integral da legislação vigente.

## 7. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Para a presente contratação foi estimado o quantitativo baseado nos estudos acerca da: Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE, conforme é possível constatar na planilha a abaixo.

Com o objetivo de conferir maior transparência, racionalidade e justificativa técnica à estimativa de quantidades apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, informa-se que os materiais ora solicitados se destinam ao atendimento exclusivo dos Grupos da Terceira Idade do CRAS da Sede e do CRAS do Distrito de Umari, para apresentação no Baile Municipal de 07/02/2026.

| LOTE/ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | CATMAT | MED. DE FORNEC. | QNT    |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------------|--------|
| 00/001    | VESTIDO FEMININO CARNAVALESCO CUSTOMIZADO , exclusivo desenvolvido com uma combinação criativa e ousada de materiais, resultando em uma peça vibrante e cheia de personalidade, confeccionado com material: tecido creep tactel azul turquesa, tecido creep tactel amarelo, tecido creep tactel verde, malha com lanterjola vermelha, malha com lanterjola rosa, passanamarca dourada, zíper comum 60cm, Utilizadas para todas as costuras estruturais e acabamentos, garantindo resistência e um acabamento limpo. Viés de costura (costura): Empregado nos acabamentos internos e em detalhes decorativos, proporciona reforço e beleza às bordas e recortes. com adereço de cabeça e sombrinha padronizada.                                                                                                                   | 468570 | Unidade         | 160,00 |
| 00/002    | CONJUNTO MASCULINO CARNAVALESCO CUSTOMIZADO , exclusivo desenvolvido com uma combinação criativa e ousada de materiais, resultando em uma peça vibrante e cheia de personalidade, confeccionado com material: tecido alfaiataria azul turquesa, tecido creep tactel amarelo, tecido creep tactel azul turquesa, tecido creep tactel verde, malha com lanterjola vermelha, malha com lanterjola amarela, passanamarca dourada, zíper comum 25cm, linha de costura fio e reta- especificações: composição 100% algodão. Cor: rosa , amarelo, azul, turquesa, verde bandeira e vermelho, costura , Utilizadas para todas as costuras estruturais e acabamentos, garantindo resistência e um acabamento limpo. Viés de costura (costura): Empregado nos acabamentos internos e em detalhes decorativos, proporciona reforço e beleza | 468570 | Conjuntos       | 40,00  |

|  |                                                                |  |  |  |
|--|----------------------------------------------------------------|--|--|--|
|  | às bordas e recortes acompanhando o chapéu panamá e sombrinha. |  |  |  |
|--|----------------------------------------------------------------|--|--|--|

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇO

Após análise e estudos com base na melhor escolha para a solução da Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE, e, em consonância com as diretrizes das normativas do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), restou estabelecido que houve a obtenção de valores das mais diversas fontes, formando uma cesta de preços exequíveis com o devido tratamento estatístico.

Apresentamos a metodologia que está disponível na conclusão do orçamento estimativo utilizada pelo Sistema Cesta de Preços (SCP):

- na média saneada por percentual da média, o sistema ordena as amostras em ordem crescente (população amostral inicial);
- segundo, exclui as amostras inexecutáveis, assim consideradas aquelas cujo valor seja 70% (setenta) inferior à mediana população amostral inicial, exclusive seu valor;
- terceiro, exclui as amostras com sobrepreço, assim consideradas aquelas cujo valor seja 30% (trinta por cento) superior à mediana da população amostral inicial, exclusive seu valor;
- O SCP usa o método adotado pelo Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ adaptado, usando como referência a mediana ao invés da média, por entender ser uma metodologia mais conservadora, posto que sujeita a menores variações de valores extremos.
- na média saneada pelo desvio-padrão, o sistema:
  - cria um limite superior, que é representado pelo desvio-padrão somado à média;
  - cria um limite inferior, que é representado pelo desvio-padrão menos a média;
  - exclui do cálculo todas as amostras acima e abaixo dos limites estabelecidos.
- Após o juízo crítico, o SCP calcula o **preço de referência** por meio da escolha da medida de tendência central (média ou mediana) mais ajustada ao perfil das amostras saneadas, utilizando o coeficiente de variação como critério de escolha a partir dos padrões indicados no Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo do Superior Tribunal de Justiça, a saber:
  - se o coeficiente de variação for menor ou igual a 25% (vinte e cinco por cento), deve se estimar o preço de referência a partir da **média aritmética** (simples);
  - se o coeficiente de variação for maior que 25% (vinte e cinco por cento), deve se estimar o preço de referência a partir da **mediana**.
- O SCP permite que ao orçamentista atribuir o tipo de medida de tendência central a ser utilizada para o cálculo do preço referencial de forma manual e linear para todos os itens. A Metodologia utilizada na elaboração do presente orçamento estimativo tem aderência à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), art. 23, especialmente no que tange às fontes de pesquisa admitidas (§ 1º).

Segue planilha com valores a partir da <https://www.cestadeprecos.com/>:

| LOTE/ITEM                | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | CATMA<br>T | MED. DE<br>FORNEC. | QNT    | VAL.<br>UNIT.<br>(R\$) | VAL.<br>TOTAL<br>(R\$) |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|--------------------|--------|------------------------|------------------------|
| 00/001                   | VESTIDO FEMININO CARNAVALESCO CUSTOMIZADO , exclusivo desenvolvido com uma combinação criativa e ousada de materiais, resultando em uma peça vibrante e cheia de personalidade, confeccionado com material: tecido creep tactel azul turquesa, tecido creep tactel amarelo, tecido creep tactel verde, malha com lanterjola vermelha, malha com lanterjola rosa, passanamarca dourada, zíper comum 60cm, Utilizadas para todas as costuras estruturais e acabamentos, garantindo resistência e um acabamento limpo. Viés de costura (costura): Empregado nos acabamentos internos e em detalhes decorativos, proporciona reforço e beleza às bordas e recortes. com adereço de cabeça e sombrinha padronizada.                                                                                                                                                                           | 468570     | Unidade            | 160,00 | 231,00                 | 36.960,00              |
| 00/002                   | CONJUNTO MASCULINO CARNAVALESCO CUSTOMIZADO , exclusivo desenvolvido com uma combinação criativa e ousada de materiais, resultando em uma peça vibrante e cheia de personalidade, confeccionado com material: tecido alfaiataria azul turquesa, tecido creep tactel amarelo, tecido creep tactel azul turquesa, tecido tactel verde, malha com lanterjola vermelha, malha com lanterjola amarela, passanamarca dourada, zíper comum 25cm, linha de costura fio e reta-especificações: composição 100% algodão. Cor: rosa , amarelo, azul, turquesa, verde bandeira e vermelho, costura , Utilizadas para todas as costuras estruturais e acabamentos, garantindo resistência e um acabamento limpo. Viés de costura (costura): Empregado nos acabamentos internos e em detalhes decorativos, proporciona reforço e beleza às bordas e recortes acompanhando o chapéu panamá e sombrinha. | 468570     | Conjuntos          | 40,00  | 224,80                 | 8.992,00               |
| LOTE 00 - VALOR TOTAL    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |            |                    |        |                        | 45.952,00              |
| VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |            |                    |        |                        | 45.952,00              |

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A entrega dos itens poderá ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda e as necessidades que venham a surgir, com base no controle de estoque a ser realizado pelas unidades demandantes. Tal medida permite a adequação dos quantitativos solicitados à real necessidade em cada período,

evitando aquisições desnecessárias e contribuindo para a racionalização dos gastos públicos, em observância ao princípio da economicidade.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global. Essa escolha justifica-se pela necessidade de assegurar a padronização das roupas carnavalescas destinadas ao Grupo da Terceira Idade do Município de Bom Jardim/PE, uma vez que os itens possuem a mesma natureza, finalidade comum e utilização integrada. O julgamento de forma diversa poderia resultar na contratação de mais de um fornecedor, ocasionando divergências quanto a modelos, cores, tecidos e acabamentos, o que comprometeria a uniformidade visual das apresentações e eventos carnavalescos.

A contratação pelo menor preço global garante a uniformidade estética dos itens, facilita o controle de qualidade, a fiscalização e a gestão contratual, além de proporcionar ganhos de escala e redução de custos administrativos, atendendo, assim, ao princípio da economicidade.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Em conformidade com o previsto no inciso IX do Art. 7º, da IN 40/2020, a presente contratação não encontra-se respaldada no Plano de Contratações Anual, tendo em vista a ausência de sua elaboração, devido uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento, apesar de sua obrigatoriedade constante no Art. 12, VII, da Lei nº 14.133/21, porém é imprescindível considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária, isto é, a escassez de técnicos disponíveis para a elaboração do referido plano.

Todavia, é crucial ressaltar que a Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Município de Bom Jardim/PE está tomando todas as medidas cabíveis para resolver essa situação, restando demonstrado o compromisso da administração municipal em cumprir com as exigências legais e implementar boas práticas de gestão, realizando assim, levantamento minucioso das necessidades do órgão mencionado, bem como a análise de fornecedores e a definição de critérios claros para as contratações.

## 12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A solução definida no presente Estudo Técnico Preliminar visa garantir a execução adequada de ação cultural voltada à população idosa atendida pelos equipamentos socioassistenciais do Município, assegurando condições materiais que permitam a participação organizada, segura e digna dos beneficiários. A iniciativa busca fortalecer as ações de convivência e inclusão social,

promover o protagonismo da pessoa idosa e assegurar o cumprimento das diretrizes da política pública de assistência social, com adequada aplicação dos recursos públicos.

Do ponto de vista administrativo, pretende-se assegurar a efetividade da ação planejada, o cumprimento dos prazos definidos, a racionalidade do gasto público e a observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

#### Resultados Pretendidos

1. Garantir a participação organizada da população idosa em atividade cultural integrante do calendário municipal.
2. Promover a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos comunitários das pessoas idosas atendidas pelos CRAS.
3. Valorizar a pessoa idosa e estimular o protagonismo social, por meio de sua participação ativa em evento cultural.
4. Atender diretamente os beneficiários da política pública, alcançando os grupos da terceira idade dos CRAS da Sede e do Distrito de Umari.
5. Assegurar a efetividade da ação pública, evitando improvisações e prejuízos à execução do evento.
6. Ampliar o alcance social e cultural da iniciativa, com impacto positivo na comunidade local.
7. Garantir o uso eficiente e econômico dos recursos públicos, com seleção da solução mais vantajosa.
8. Assegurar conformidade legal, transparência e regularidade administrativa em todas as etapas da contratação.

#### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO**

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

#### **14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS**

Em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024/19, aponta que “o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades” (art. 2º, §1º).

Considerando a natureza do objeto, contratação de empresa para prestação de serviço de confecção de roupas carnavalescas, com fornecimento de materiais pela própria contratada, destinadas ao Grupo da Terceira Idade do Município de Bom Jardim/PE — não se prevê a ocorrência de impactos ambientais significativos.

Os eventuais impactos são de baixa relevância e podem ser adequadamente mitigados mediante o cumprimento, pela contratada, das normas e exigências dos órgãos fiscalizadores competentes, bem como da adoção de práticas sustentáveis no processo produtivo e no descarte adequado de resíduos.

Destaca-se, como impacto ambiental positivo, a priorização da utilização de materiais com maior durabilidade, reduzindo a necessidade de reposição ou substituição frequente das peças, bem como a preferência por matérias-primas naturais, como o algodão, que apresentam menor impacto ambiental quando comparadas a materiais sintéticos.

#### 16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, posiciona-se pela viabilidade da Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE, com ênfase nos elementos acima expostos, estando de acordo com as diretrizes determinadas com a legislação em vigor.

A lista de verificação abaixo oferece o resumo do atendimento da contratação a todos os requisitos elencados no estudo técnico preliminar.

Lista de verificação para declaração da viabilidade ou não da contratação

| Item do estudo técnico preliminar:                                                                         | Atende? |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 1. A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada?                                       | SIM     |
| 2. O alinhamento entre a contratação e o planejamento institucional do órgão ou entidade está demonstrado? | SIM     |
| 3. Os requisitos técnicos e a solução tecnológica como um todo foram adequadamente descritos e analisados? | SIM     |
| 4. A quantidade de itens está coerente com a demanda prevista?                                             | SIM     |
| 5. O levantamento de mercado e a pesquisa de preços foram devidamente realizados?                          | SIM     |
| 6. A análise de cenário e escolha do tipo de solução foram devidamente justificadas?                       | SIM     |
| 7. O parcelamento da solução foi analisado e justificado, se for o caso?                                   | SIM     |

|                                                                                                                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8. As estimativas preliminares dos preços foram feitas, a partir dos preços pesquisados?                                                                                                                    | SIM |
| 9. Há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente, bem como previsão de provimento de recursos no caso de contratação que se estenda por vários exercícios no caso de serviços contínuos? | SIM |
| 10. Os riscos relevantes para a contratação foram levantados, incluindo-se ações para prevenção ou contingência?                                                                                            | SIM |
| 11. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável e vantajosa para o órgão ou entidade?                                                                                                  | SIM |

Em assim sendo, diante do exposto no presente estudo técnico preliminar, declara-se que a prestação de serviço é viável, necessária e adequada a este órgão. Além disso, convém ressaltar que o mercado já dispõe de um número razoável de fornecedores capazes de oferecer a solução.

**Bom Jardim/PE, 16 de janeiro de 2026.**

**Everton Júnior dos Santos Soares**  
**Diretor de Direitos Humanos**  
**Sec. de Assistência Social e Combate a Fome**  
**Responsável pela Elaboração do ETP**

**Maria Rosemaura de Aguiar**  
**Secretária de Assistência Social e Combate à Fome**  
**Responsável pela Elaboração do ETP**



## ANEXO II – MINUTA TERMO DE CONTRATO

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - Contratação direta

### ÓRGÃO

(Processo Administrativo nº 00001/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI ....., POR  
INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A ..... por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ...../Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é **Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDAD<br>E DE<br>MEDIDA | QUANTIDAD<br>E | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR<br>TOTAL |
|------|---------------|--------|--------------------------|----------------|-------------------|----------------|
|      |               |        |                          |                |                   |                |

|     |  |  |  |  |  |  |
|-----|--|--|--|--|--|--|
| 1   |  |  |  |  |  |  |
| 2   |  |  |  |  |  |  |
| 3   |  |  |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |  |  |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Prazo de entrega dos itens confeccionados são 15 (quinze) dias corridos, após emissão da ordem de serviço;

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.1.1. A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do(a) autoridade competente.

3.1.2. A fiscalização da execução do Contrato ficará sob a responsabilidade de servidor designado.

### 3.2. Caberá à Fiscal do Contrato:

3.2.1. Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

3.2.2. Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;

3.2.3. Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

3.2.4. Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;

- 3.2.5. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- 3.2.6. Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, no Edital e Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- 3.2.7. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- 3.2.8. Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- 3.2.9. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 3.3. Caberá ao gestor do contrato:
  - 3.3.1. Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada.
  - 3.3.2. Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
  - 3.3.3. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
  - 3.3.4. Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
  - 3.3.5. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal;
  - 3.3.6. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
  - 3.3.7. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor dos Contratos não seja ultrapassado;
  - 3.3.8. Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.
4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**
  - 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
5. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**
  - 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
  - 5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**
  - 6.2. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**
  - 7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.
  - 7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice



IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- m) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- n) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- o) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- p) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- q) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- r) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- s) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- t) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- u) A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- v) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- w) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- x) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**



- r) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- s) *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- t) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- u) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- v) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- w) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- x) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- y) Quando não for possível a verificação da regularidade online, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- z) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- aa) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- bb) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- cc) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- dd) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- ee) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- ff) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

gg) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

hh) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **IV) Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.



4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação



ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto:



12.7.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.7.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social do Bom Jardim**

**Órgão orçamentário: 13000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE A FOME**

**Unidade orçamentária: 13001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE A FOME**

**Função: 8 - Assistência Social**

**Subfunção: 122 - Administração Geral**

**Programa: 808 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ação: 2.130 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Despesa 591 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas**

Fonte de recurso: 1 - MSC - 1.501.000 - Recursos Próprios. - 1.501.0000

**Despesa 592 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas**

Fonte de recurso: 41 - MSC - 1.621.0000 - Transferência Especial dos Estados - (Emendas) - 1.710.3210

**Despesa 593 3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e**

Fonte de recurso: 1 - MSC - 1.501.000 - Recursos Próprios. - 1.501.0000

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de



justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça em Bom Jardim/PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



### ANEXO III – MODELO DE PROPOSTAS

COLETA DE PREÇOS Nº 00001/2026  
DISPENSA Nº 00001/2026

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço para confecção roupas carnavalescas com materiais da empresa para o grupo da terceira idade do Município de Bom Jardim/PE

PROPONENTE:  
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos do procedimento em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

.....

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE EXECUÇÃO:  
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:  
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:  
Banco:  
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



## **ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES**

**REFERENTE:** COLETA DE PREÇOS Nº 00001/2026  
DISPENSA Nº 00001/2026  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM JARDIM/PE

PROPONENTE  
CNPJ

### **1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

### **2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

### **3.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezoito anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

### **4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

### **5.0 - DECLARAÇÃO de acessibilidade.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

### **6.0 – DECLARAÇÃO de inexistência de servidor**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que inexistente no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro



grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes da ativa do Município de Bom Jardim/PE ou de qualquer entidade a ele vinculada.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.